

REESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS PAGOS NA SAÚDE PÚBLICA

Almir Teixeira
Jornalista



A Faculdade enfrenta disputas internas pelo controle dos cursos de especialização e agora cria um Grupo Intercomissões para estabelecer, entre outros itens, uma planilha de custos para centralizar o controle financeiro dos cursos

Os cinco cursos pagos de especialização aprovados pela Comissão de Pós-Graduação (CPG) da Faculdade de Saúde Pública arrecadam cerca de R\$ 953.000,00 por ano, segundo os dados da CPG. Os 25 cursos de atualização pagos realizados no início de 2002, no chamado “Programa de Verão”, com o aval da Comissão de Cultura e Extensão (CCEX), contabilizam R\$ 103.210,00. Mas a CCEX também possui seus cursos pagos de especialização, cuja receita soma pelo menos R\$ 402.600,00.

Assim repete-se, na Saúde Pública, a discussão que ocorre hoje entre as pró-reitorias de Pós-Graduação e de Cultura e Extensão Universitária, sobre a classificação dos diferentes cursos de extensão e a que alçada pertencem.

“A solução depende de uma definição melhor das pró-reitorias, pois a unidade não tem como normatizar”, lamenta o professor Rubens de Camargo Ferreira Adorno, presidente da CCEX. “A nossa visão é que a renda dos cursos precisa subsidiar as atividades de extensão e que os cursos de especialização deveriam passar à esfera da Cultura e Extensão”.

Com efeito, as respectivas comissões da unidade defendem respostas diferentes àquela pergunta inicial, e dificilmente se discute se os cursos devem ou não ser pagos. O professor José Maria Pacheco, representante docente no Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da Saúde Pública,



Professor José Maria Pacheco

considera que o fato de existir o pagamento não pode barrar a realização da extensão universitária e sim auxiliá-la: “Pode haver cursos cobrados e gratuitos, pois os recursos dos cursos pagos podem ser usados para gerar verbas para os que não são pagos”. Mas alerta que, para o mecanismo funcionar, “é necessário a escola controlar rigidamente para saber o que é melhor ser ou não cobrado”.

Esta tese tem a concordância do presidente da Comissão de Pós-Graduação (CPG), professor José Alfredo Gomes Areas. Argumentando que, em sua maioria, os cursos “foram criados a partir da demanda de órgãos e empresas

públicas, mas também de hospitais privados”, o presidente da CPG defende que o pagamento em si não pode ser considerado um tipo de restrição aos alunos, desde que seja bem pensado.

“O que a CPG tem tentado é, sempre que possível, realizar cursos em convênio com órgãos públicos. O problema ocorrido é que os cursos de especialização proliferaram de maneira muito rápida e sem controle, e

isto é que deve ser revisto”, diz o professor Areas.

O professor Adorno, no entanto, critica o processo de aprovação dos cursos na CPG: “A Pós-Graduação tem um sistema de reedição de cursos, então o

Ganha destaque a existência de cursos ligados aos 11 núcleos e “centros” presentes na Saúde Pública



Professor Adorno e sua equipe

controle acontece na aprovação e depois se afrouxa nos anos seguintes”. O professor Areas rebate: “A Pós-Graduação está tentando reorganizar seus cursos, para melhorar o controle, que ainda não é muito claro”. De acordo com ele, em função da reestruturação em andamento, neste ano só cinco cursos estão sendo realizados, dos 17 geralmente aprovados todo ano pela CPG.

As informações sobre os cursos pagos na Saúde Pública são difíceis de se conseguir, uma vez que não transitam por um caminho definido, e uma instância não consegue dizer exatamente o que se pode esperar das outras. Assim, a unidade decidiu, recentemente, criar um Grupo Intercomissões para elaborar, entre outros documentos, uma planilha de custos que deverá facilitar o

controle das finanças dos cursos.

Um exemplo do descontrole atual está na própria impossibilidade de as duas comissões fornecerem dados claros sobre a movimentação de verbas decorrentes de cursos pagos. Ambas as comissões alegam que somente gerenciam uma conta em que as porcentagens que lhes cabem são depositadas, e que não possuem o exato valor referente aos cursos. Os dados apresentados nesta reportagem baseiam-se, desse modo, em cálculos que levam em conta o valor cobrado por aluno e o número mínimo de alunos previsto para os cursos.

Outra questão que ganha destaque na Faculdade de Saúde Pública é a existência de cursos vinculados aos núcleos e “centros” presentes na unidade que, segundo o professor Pacheco, muitas vezes não passam por

nenhuma das comissões. “Existem 11 núcleos na Saúde Pública e alguns promovem cursos que poderiam perfeitamente ser dados pelo Departamento, já que são os próprios docentes que ministram as aulas”, ataca Pacheco.

Por sugestão do professor Areas, o repórter procurou a Comissão

de Orçamento e Patrimônio da USP (COP), mas o presidente da Comissão, professor Joaquim José de Camargo Engler, lamenta não ter muito a dizer sobre os cursos: “Somente agora é que a COP passou a solicitar anualmente um relatório, seguindo a proposta de um professor da própria Saúde Pública”. Segundo o professor Engler, “os núcleos devem prestar contas às suas unidades” e, se dispensados, “podem prestar às respectivas pró-reitorias”.

Um das entidades privadas existentes na Saúde Pública, o Centro de Ensino Permanente (CEP), pretendia realizar em junho, em conjunto com a unidade, o seminário “Questão de Vida — Estratégias Psicoterapêuticas com Pacientes Crônicos e Terminais”, pelo qual cada um dos 75 participantes pagaria R\$ 80,00, o que totalizaria R\$ 6.000,00.